

OFÍCIOS EM EXTINÇÃO

PERFIS DE TRABALHADORES

Por Alécio Clemente

Carta ao leitor

As pessoas vivem cada vez mais e as mudanças acontecem cada vez mais depressa. Até a chegada da revolução industrial o cidadão aprendia um ofício e bastava para a vida. Ainda ensinava aprendizes. Com a revolução tecnológica já aconteciam trocas de máquinas e era preciso reeducar o profissional. Mas a revolução digital é ímpar. Não dá tempo de aprender a usar um novo aparelho e ele já se torna obsoleto. Você pode querer ficar com o modelo antigo, mas terá que se atualizar sob o risco de exclusão. Conversei com pessoas que viram a tecnologia afetar seu ofício, fazê-lo mudar ou, até mesmo, desaparecer e busco narrar a experiência deles nesta trilogia.

Douglas, o fotógrafo

Desde que o garoto Pedro de Alcântara de apenas 14 anos, se apaixonou pela demonstração de um daguerreótipo, a fotografia teve um forte aliado no Brasil. Aquele menino que um ano depois foi nomeado imperador Dom Pedro II, foi um entusiasta da fotografia. De lá pra cá muita coisa mudou. A fotografia se popularizou e ganhou cores. Recentemente, com a disseminação generalizada da fotografia digital, passou a ser coisa corriqueira e instantânea. Para ouvir de quem viveu da fotografia, desde os tempos do preto e branco até o computador, conversei com Douglas Maravalhas, um fotógrafo curitibano que depois de

mais de 50 anos clicando teve de usar Photoshop.

Valdir, o linotipista

Depois da invenção do papel pelos chineses e o alemão Gutenberg deixar sua marca na história com seus tipos móveis, a imprensa ganhou impulso com o invento de outro alemão menos conhecido: Ottmar Mergenthaler. Ele lançou a máquina linotype no final do século XIX e trouxe a agilidade que a arte gráfica pedia para produzir jornais diários volumosos. Foi no auge da utilização dessas máquinas no Brasil que Valdir Andrade teve a sorte de aprender a operar uma delas e seguir carreira. Ele trabalhou em grandes

jornais até ser expulso pela inovação da era digital, mundo no qual a linotipo não se encaixa. Conversei com Valdir e vi que ele trouxe uma máquina dessas para casa. Sabe que está só ocupando espaço, mas na hora de mandá-la embora...

Antônio, o telegrafista

Não faz muito tempo que brasileiros ficavam felizes ao conquistar um telefone em casa. Depois de esperar três ou quatro anos, o acontecimento era digno de banda de música. E o aparelho ganhava uma mesinha especial. Antes dele, para falar com parentes e amigos era só por carta. Se a notícia fosse urgente, a saída era passar um telegrama. Depois veio a internet e o celular. Agora, o telefone

fixo já anda esquecido. O que dizer, então, do telégrafo? Fui encontrar um aparelho desses na casa do senhor Antônio Duarte, telegrafista aposentado que trabalhou na época que a Internet não existia nem em sonho. Estudou telegrafia e foi surpreendido quando tudo estava pronto para iniciar a prática.

O que há de comum entre eles além de um ofício que não podem mais exercer? Esta pergunta é um convite para você apreciar as três histórias de vida contadas nas próximas páginas.

Boa leitura
Alécio Clemente
alecioc@gmail.com



A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Alécio Clemente'.

Alécio Clemente

A middle-aged man with grey hair, wearing a light blue and white vertically striped button-down shirt, is shown from the chest up. He has a thoughtful or slightly frustrated expression, with his right hand raised to his forehead and his left hand held out palm-up. A silver metal watch is visible on his left wrist. A small black microphone is clipped to his shirt near the collar. The background is a plain, light-colored wall.

DOUGLAS, O FOTÓGRAFO

Nunca se fotografou tanto em toda a história, mas a profissão parece ter cada dia menos espaço

Imagem: Rafael Spricigo

A fila na porta se estendia pelo corredor e alcançava a calçada chamando a atenção de quem passasse pela rua. Alinhados à parede, jovens, rapazes e moças, a maioria pela faixa dos seus 20 anos. Uma cena alegre com muitas conversas correndo soltas, paralelas, cruzadas, entremeadas com um lanche preso à mão. Quem passasse pela calçada e visse a fila poderia imaginar tratar-se de um órgão público qualquer ou alguma oferta sensacional. Os que saíam de lá olhavam atentamente para uma minúscula carteirinha de plástico trazida nas mãos.

Dentro do estúdio, Douglas Maravalhas coordenava uma dezena de ajudantes bastante ocupados em manter a tradição do Foto Muller, fundado em 1939. Dois fotógrafos no estúdio a fotografar com câmaras Rolleiflex, uma máquina de origem alemã que utilizava lentes duplas fornecidas por Carl Zeiss, sobrenome sinônimo de qualidade em equipamentos profissionais. Era preciso carregar a máquina com um filme em rolo, conhecido entre os fotógrafos apenas pelo número 120. Esse tipo de filme tinha de ser inserido na máquina de forma totalmente manual e garantir-se que a ponta, que iria puxá-lo através de uma manivela presa a um carretel, não escapasse. Esse fantasma do filme escapado dentro da máquina sempre assombrou os fotógrafos desde que as chapas de negativos individuais, semelhantes ao que se usa até hoje em aparelhos de Raios X, fossem substituídas por filmes em rolo. Nos últimos anos de vida da fotografia analógica já existiam máquinas capazes de carregar o filme de rolo automaticamente. Além disso, essas câmaras usavam a estratégia

de puxar todo o filme para o carretel da máquina aproveitando para contar quantas exposições seriam possíveis. Mas a vantagem maior era que o filme já exposto ia ficando recolhido dentro de um cartucho à prova de luz. Em caso de uma abertura acidental da máquina, ficaria inutilizada a parte virgem do filme, mas se preservariam as imagens já captadas.

Enquanto um cliente senta-se na banquetta sob os holofotes, outro se vale de um espelho colocado na parede lateral, logo acima de um pequeno lavatório. É a última chance de dar vazão a um pouquinho de vaidade e ajeitar alguma mecha mais rebelde para que tudo fique bem na fotografia. Enquanto passa o pente, o olhar voyeur espiona o colega que está na banquetta. Ao estralo do disjuntor, uma luz intensa toma conta de toda a sala. São necessários alguns segundos olhando para baixo com os olhos semicerrados para ambientar a íris. Dois refletores na frente com lâmpadas de 400 watts cada, um refletor do tipo Fresnel iluminando o fundo, mais um refletor cônico logo atrás da cabeça do fotografado, produzindo a contraluz. O olho clínico do fotógrafo varre o visor nítido da câmara que mostra a imagem em um vidro fosco ocupando toda a parte superior da máquina, envolto em anteparos para não bater luz sobre ele, com a imagem no mesmo tamanho do negativo. Enquadramento, iluminação, foco, abertura do diafragma, velocidade do obturador, tudo certo para o clic. Se o cliente não piscou, que venha o próximo. Uma dúzia deles e é hora de sacar a Rolleiflex do tripé, rebobinar o filme, abrir a máquina, tirar o filme exposto, colar a ponta para que não se desenrole e passar para o labora-

tório. Carregar um filme novo atento para afastar o fantasma do filme escapado, fechar a máquina, fixar novamente no tripé e tudo pronto para mais uma dúzia de clientes.

“Era uma mina de ouro. Em épocas como essa, da inscrição no concurso vestibular da Universidade Federal do Paraná, por exemplo, fazia fila como do INSS. Até 300 pessoas fotografadas em um dia, nosso recorde. Logo em seguida acontecia o vestibular da Universidade Católica. Tempos de vacas gordas”, relembra Douglas, com certo saudosismo. Valeu-se dos rendimentos para investir em alguns imóveis. Uma casa nova onde foi morar com a esposa Edwiges. É com ela que está casado até hoje, felizes por terem comemorado bodas de ouro recentemente. Outra casa de veraneio, um es-

ERA UMA MINA DE OURO. FAZIA FILA COMO DO INSS, ATÉ 300 PESSOAS

túdio especializado em books, o qual ele encontrou, meses depois, arrombado e sem nenhum equipamento. Um terreno em um bairro nobre de Curitiba onde mandou construir uma casa com mais de 500 metros quadrados e que se orgulha de ter desenhado a planta. É nesse imóvel que vivem hoje, ele e a esposa, depois que os quatro filhos tomaram seus rumos.

“Na sala escura anexa, tínhamos o laboratório”, retoma Douglas. Era um canto separado da área maior, uma saleta totalmente escura onde um funcionário se encarregava de revelar os filmes enquanto outros ficavam na sala grande

com lanternas vermelhas de baixa intensidade. Esse tipo de luz era suficiente para manipular os equipamentos sem sensibilizar o papel fotográfico sobre o qual seria projetada luz através do filme negativo já revelado e seco para produzir a imagem em preto e branco final. Aqui, um aspecto da fotografia analógica que foi totalmente suplantado pela digital. O processamento de filmes e papéis em banhos seguidos de lavações em água corrente. O cuidado no preparo, principalmente do banho revelador, a temperatura do banho e o tempo de imersão eram fundamentais para a qualidade do produto. E reforça: “Você só ia ver o resultado no final”. Antes de o negativo ser entregue ao copista, voltava ao balcão de atendimento onde a tira inteira era marcada quadro a

quadro com o número da folha do bloco onde havia sido registrada a encomenda. Qualquer descuido ou deslize nessa operação poderia gerar uma confusão dos diabos. As moças do atendimento aos

clientes eram as mais indicadas e seriam capazes de ligar os nomes às pessoas minimizando a possibilidade de erro. Em seguida, os negativos seguiam para o retoque.

Esse trabalho de retoque sempre foi o diferencial do seu trabalho, afirma Douglas, pois dificilmente seus aprendizes conseguiam dominar a técnica. “Nós passávamos matoline no negativo, um líquido pegajoso para o grafite do lápis grudar e não sair. Então, com o lápis de ponta bem fininha, cobriam-se cravos, espinhas, rugas, olheiras, mas sem modificar as expressões do rosto. Eliminava-se um fio de cabelo em



Primeira carteira de trabalho de Douglas, quando começou como aprendiz com apenas 14 anos

desalinho, enfim, o objetivo era deixar a cara lisinha, como se faz hoje no Photoshop. Aliás, eu não precisei aprender a usar Photoshop. Por vezes, o cliente queria uma ampliação de dois metros, e não podia aparecer o traço do lápis. No Photoshop é mais rápido, mas em ambos dá pra deixar qualquer pessoa linda, maravilhosa”. Depois de retocado, o negativo voltava ao laboratório para que fossem feitas as cópias. Meia dúzia ou uma dúzia de cópias em preto e branco no tamanho exigido para o documento. Fotografar, revelar, retocar, copiar, sempre com o mesmo esmero durante 60 anos sem férias. É desta forma que Douglas resume sua carreira profissional.

Devido ao movimento, os outros lojistas do prédio reclamavam enquanto o dono do imóvel, de olho nos cifrões, exigia um aluguel extorsivo. O ponto comercial é bom, alegavam. Apesar de argumentar que os clientes buscavam o serviço independente do endereço, houve proprietário que quis até triplicar o valor do aluguel depois de observar uma temporada daquelas. Nessas ocasiões, Douglas não titubeava, mudava de endereço. E os clientes o seguiam. “Mudei o estúdio para o sétimo andar de um prédio ali, na Rua 24 de maio. Um dia, senti cheiro de queimado, abri a janela e vi que o primeiro andar estava em chamas”. Ainda eram recentes os grandes incêndios ocorridos em São Paulo nos edifícios Joelma e Andraus. “Imaginei logo um fotógrafo assado”, brinca ele, com um sorriso bonachão. Quase vizinhos do Corpo de Bombeiros, tiveram pronto atendimento.

Outro serviço muito requisitado era álbum de casamen-

to. O trabalho era pesado, com máquinas grandes, de madeira, com chapa 18 x 24 centímetros, mas o fotógrafo podia mandar parar o casamento. As fotos eram posadas. Então, o fotógrafo era o mestre de cerimônias. Claro que o padre era quem celebrava, mas nas poses que o fotógrafo escolhia, dizia firme ao padre: pare! E a cerimônia só continuava depois de liberada pelo fotógrafo. Com os negativos em formato grande, feitos em vidro, era uma foto em cada negativo. Então, a cada pose, tinha que ser trocado, colocado um novo na máquina. “Comecei como ajudante segurando refletores além de ter que ficar atento para auxiliar na troca de negativo. Trabalho desde os nove anos, não em fotografia. Comecei entregando marmitas de uma pensão para várias residências. Ganhava pouco do patrão e, de vez em quando, algumas gorjetas dos clientes”

Ainda criança, Douglas passou por uma fábrica de malas e não gostou. Foi ser ajudante de eletricista. Estava sendo construído o edifício Asa, o mais alto da cidade naquela época: 22 andares. Ainda sem o elevador operando, ele tinha que ir pela escada carregando os rolos de fio e feixes de canos. “Caí fora!”, dispara Douglas, com um movimento rápido de braço. “Fui ser boy no Mariluz hotel. Conheci gente famosa, celebridades, artistas. Néelson Gonçalves, Emilinha Borba, presidente da república, e eu carregava as malas de todos”. Foi no jornal da recepção do hotel que viu o anúncio: Precisa-se de aprendiz. Foi. Era o Foto Brasil. “Estávamos em 1953. Tenho na carteira profissional, o registro em fevereiro de 1953. Então, agora, são 60 anos de profissão. Aprendi re-

toque. Depois fui trabalhar no Foto Muller e fiquei lá até ir para o exército. Saí sargento. Hoje poderia ser capitão reformado. Mas o que eu queria mesmo era ter ido para o Egito, embarcado no Navio Custódio de Mello. Não deu. Meu irmão mais velho foi.”

Seus dois irmãos, Álvaro e Haraton Maravalhas, tiveram contato com a fotografia através dele e ambos pegaram gosto pela arte. Álvaro, o mais velho, depois veio a ser fotógrafo dos jornais Tribuna do Paraná e O Estado do Paraná. A ida ao Egito aconteceu no final da década de 50. Entre os anos de 1957 e 1967, o Brasil, como membro da ONU, enviou para o Canal de Suez diversos contingentes que realizavam a vigilância e a segurança do tráfego marítimo a fim de pacificar o conflito entre Israel e Egito. O Irmão voltou com uns dólares, o suficiente para abrirem, juntos, um estúdio. A sociedade durou cinco anos. Álvaro encerrou a carreira aposentando-se como coordenador de fotojornalismo da Assembleia Legislativa do Paraná. Ao longo da carreira de jornalista fez muitos trabalhos como freelancer para os jornais Zero Hora, Folha de S. Paulo, Folha de Londrina, Gazeta Mercantil e Tribuna do Paraná. Fotografou também para a revista Paraná em Páginas e para a TV Iguazu. Sofreu uma embolia pulmonar e morreu em 2006 enquanto dirigia

QUEIMEI TODOS OS NEGATIVOS. UMA SALA CHEIA. NÃO POSSO USAR A IMAGEM DOS CLIENTES

seu carro pela cidade. Dois anos depois, uma lei municipal mandou nomear uma rua da capital paranaense com seu nome.

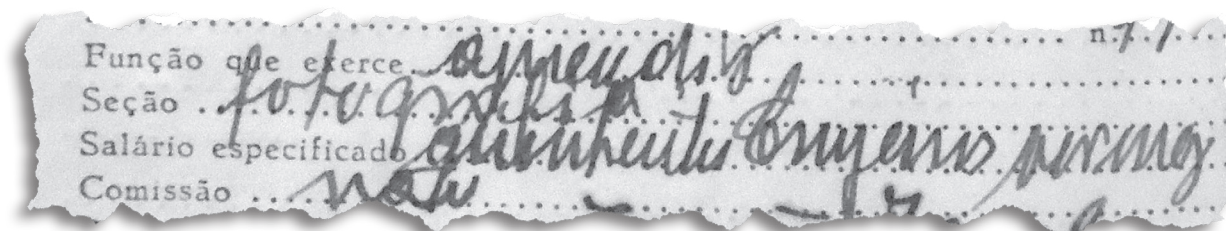
O irmão mais novo, Haraton, fotografou para o antigo Canal 12 e fez intercâmbio na Rede Globo no Rio de Janeiro. Ganhou um Prêmio Nikon Internacional e deixou, antes de morrer no natal de 2011, um patrimônio de aproximadamente 10 mil negativos para o acervo da Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba. Douglas também sonhou

em dar um destino nobre para seu próprio acervo. Diante da impossibilidade, destruiu tudo. “Queimei todos os negativos. Uma sala cheia. Não posso usar a imagem dos clientes. Eu queria fazer um painel gigante com todas as caras que eu já fotografei. Imagine, nestes 60 anos. Só no sistema digital que eu utilizei nos últimos cinco anos, eu tenho 54 mil e não sei quantos retratos”, afirma Douglas, com ar de resignação.

Quando saiu do exército soube que o proprietário do Foto Muller queria arrendar o estúdio. Tinha comprado um carro possante e um trailer. Queria viajar. Douglas não desperdiçou tempo. Fechou negócio verbalmente e já foi tratando dos detalhes do casamento com Edwiges, pois a perspectiva financeira era boa. No dia marcado para o fechamento havia duas outras pessoas no escritório. O dono do estúdio assinou contrato com outro rapaz apren-

diz por ter sido avalizado pelo pai. Na tentativa de manter os planos para o casamento aceitou uma parceria com quem assumira o estúdio. Elegantemente vestido, o sócio sempre arranjava uma desculpa para sair durante o expediente da tarde. Avisado, largou o trabalho e deu plantão na porta do cinema até flagrar quem deveria estar trabalhando com ele sair do cinema com a namorada. Foi a gota d'água.

garoto, Douglas se interessou ao ver fotografias coloridas vindas dos Estados Unidos. Depois, já no início dos anos 80, passou a fazer colorido mesmo. Com a vantagem de não ter retoque, mas tinha que mandar o negativo para revelar em São Paulo. Demorava uma semana. “Estávamos 50 anos atrasados”, comenta Douglas. “Agora não, inventam hoje no Japão, amanhã já está aqui.”



Recorte da carteira de trabalho de Douglas assinada como aprendiz na seção de fotografias

Decidiu trabalhar em um estúdio especializado em fotos de crianças. Aprendeu a colorir com tintas a óleo e um algodão na ponta de um palito de madeira. Fazia-se o rosto, toda a pele na cor que se quisesse. “Para um retrato de alguém de origem alemã a gente carregava um pouco mais no vermelho, se era um índio, puxava-se um pouco para o terra-siena”, explica Douglas. Limpavam-se, então, todas as outras áreas, deixando a cor só na pele. Preenchiam-se, depois, a cor dos olhos sem invadir o branco. Coloriam-se os lábios e, em seguida, limpavam-se bem os dentes. O resultado final era bom, mas demorava muito. Quando ainda

Quando relembra os tempos de repórter fotográfico de uma revista paranaense, Douglas desfia uma lista interminável de artistas. Conta detalhes de encontros e conversas com precisão. Revive instantes que traz consigo bem marcados. Empolga-se ao falar de quando cobria os festivais de música popular. “Gal Costa era uma menina, Caetano Veloso era um piáção ainda começando”. Reproduz o diálogo jocoso com Dercy Gonçalves enquanto tomavam um sorvete depois da sessão de fotos. Relata a ida à casa de Hebe Camargo, o dia passado com a família Fittipaldi, incluindo o pai, Wilson, que morreu recentemente. Lembra a amabilidade de Caymmi

que lhe tomou a tarde toda. “Acho que ele pensou que era um documentário completo, mas de reportagem eu só entendo de fotografia”.

É fato que nunca se fotografou tanto em toda a história, mas a profissão parece cada dia encontrar menos espaço. Entretanto, a disseminação massificada da máquina fotográfica digital encontrada como objeto em si ou escamoteada em computadores ou telefones não leva com ela o saber fazer. Situações nas quais o usuário moderno desconhece aspectos fundamentais fazem o fotógrafo experiente se divertir quando assiste a um jogo de futebol noturno e observa a torcida usar flash para fotografar o campo. “Aquele flash alcança dois metros e olha lá! Vai clarear o campo? Pelo amor de Deus!”

Atualmente, diversas instituições que emitem documentos, fotografam as pessoas e não aceitam fotos levadas prontas. Até fechar definitivamente seu estúdio em dezembro de 2012, Douglas ainda atendeu clientes que estavam providenciando o visto americano. Admira-se da exigência para os brasileiros quando argentinos não precisam. Quanto a outros documentos, orientava os clientes a dirigir-se aos órgãos competentes. O sujeito, por vezes, nem sabe que está sendo fotografado, senta-se diante do atendente com seu computador e quando se dá conta o documento já foi emitido. Com o tempo foi ficando cada vez pior. Queria comprar papel, não encontrava, filme não existia, drogas químicas em falta. “Eu tive que mudar para o digital, fui obrigado. Mudei,

mas já pensando em parar.”

Familiarizou-se rapidamente com o computador. No começo, mandava imprimir em outro local, mas logo comprou impressora e passou a fazer o trabalho completo com o novo processo. Preferia ele mesmo fazer as correções de cor, contraste e nitidez. Tece elogios aos novos equipamentos e afirma que o sistema digital é muito superior na qualidade e na facilidade do trabalho. “Claro que existe a questão de pixels”, lembra ele, ao relatar a reportagem que assistiu na qual um fotógrafo com três câmaras, uma de 3,5 megapixels, outra de nove e outra de mais de 22, fotografou um arranjo de flores, fez três ampliações de 1m x 1,5 m e expos na calçada. Fez uma enquete com o público. Houve quem teimasse que as três eram a mesma. “As mais caras oferecem mais recursos, mas uma de R\$ 200 é suficiente e a marca não importa porque o princípio é o mesmo em todas”, ensina Douglas.

Agora em casa, aos 74 anos, diz ter se livrado das despesas para manter o estúdio e ainda tem a agenda livre para fotografar os apartamentos que a filha, corretora de imóveis, negocia. Compara a época atual com a de quando começou na profissão e reflete como pode ter havido mudança tão radical. Não concebe a ideia de alguém esperar dez dias para ver as provas das fotos de um casamento. Descreve a atitude da neta ao clicar e, ato contínuo, olhar a foto e se pergunta como explicar que se aceitava aquele prazo e agora não se aceita nem mesmo um ou dois segundos. “Mas a gente enoja, não é? 60 anos fazendo a mesma coisa, depois não quer nem ouvir falar.”§

VALDIR, O LINOTIPISTA

Ninguém da gráfica acreditava que o jornal pudesse ser composto em máquinas de datilografia



Imagem: Valdir Andrade

Sente-se aí, foi a ordem recebida. A cadeira e o teclado pareciam minúsculos diante da máquina com mais de dois metros de altura que causava medo ao garoto. Foi um instante que ficou gravado na memória de Valdir Andrade, o momento que se sentou pela primeira vez diante da linotipo e se assustou com tantas partes, algumas de cobre, outras de alumínio, mas a maioria na cor preta, que acabava predominando. Nunca vou aprender isso aqui, foi o que pensou naquele instante, diante daquele monstro negro.

Mas o que é linotipo? Mário Prata, em crônica publicada em 2004, afirma que um jornalista não saber a resposta é o mesmo que um advogado não saber o que é data vênia. Se fosse necessário explicar para uma criança em apenas uma frase, bastaria dizer que é uma máquina de escrever gigante que escreve com chumbo derretido. Para as crianças de hoje, provavelmente seja necessário explicar o que é uma máquina de escrever. A linotipo é um equipamento mecânico para composição de textos com metal em alto relevo para utilização como matriz a fim de produzir material impresso. Foi largamente utilizada nas oficinas gráficas e teve seu auge no Brasil nas décadas de 1950, 60 e 70.

Um invento que surgiu no final do século XIX e sofreu várias melhorias até obter sucesso e passar a ser requisitado por grandes jornais de todo o mundo. Desde Gutenberg, a composição vinha sendo feita letra por letra até que o alemão Ottmar Mergenthaler,

trabalhando nos Estados Unidos como construtor de protótipos, começou a por em prática a ideia de compor linhas inteiras. Daí o nome da máquina linotype, aglutinado do termo em inglês: *line of type*. O invento impulsionou a velocidade de composição dos jornais trazendo um avanço que só pode ser comparado ao que ocorreu no final dos anos 70 com a chegada das máquinas *off-set*.

Diante de uma dessas máquinas é que Valdir se encontrava com apenas 15 anos para aprender o ofício de linotipista que o tio, Arnaldo Quintanilha de Andrade, se dispôs a ensiná-lo. A família do garoto, residente em Florianópolis, havia recebido a visita de parentes vindos de Santos, SP. Outro tio, José, também linotipista, considerou que as perspectivas futuras para o menino poderiam ser mais promissoras na cidade paulista. Conversou com o irmão sobre a possibilidade de o rapaz ir aprender a profissão. A conversa entre pai e tio vazou e chegou aos ouvidos de Valdir e, com a euforia do moleque, não tiveram outra opção senão comprar a passagem de Florianópolis para Santos no navio Carl Hoepcke. A embarcação, construída na Alemanha, cumpria rotineiramente o trajeto entre Florianópolis e Rio de Janeiro desde 1927 até que, no início da tarde do dia 27 de setembro de 1956, em chamas, foi a pique no litoral de Itanhaém, perto do porto de Santos.

Três dias de viagem e a lembrança da choradeira

na despedida e da imagem da ponte Hercílio Luz encalhando, ficando para trás até desaparecer. Depois, as ilhas de Ratonas e, em seguida, mar aberto. Uma parada no porto de Itajaí e, quando Valdir se deu conta, estavam ele, a mala, e a última moedinha de cem

“UM JORNALISTA NÃO SABER O QUE É UMA LINOTIPO É O MESMO QUE UM ADVOGADO NÃO SABER O QUE É *DATA VÊNIA*”

Réis no cais do porto de Santos, sábado, 11 de junho de 1955. Sem avistar ninguém conhecido, se recriminava por ter torrado seus trocados na jogatina a bordo. Nem percebeu a aproximação de uma senhora que vinha acenando desde longe. Era a tia que tinha vindo buscá-lo. E os cem Réis? “Só ficou como talismã na algibeira. Não comprava nada”, sorri Valdir.

Os dois tios linotipistas, José e Arnaldo, atuavam na imprensa da cidade de Santos. O primeiro trabalhava no jornal A Tribuna e oferecia a hospedagem ao sobrinho. E o segundo, do Diário de Santos, ensinava a profissão. Mas ele, na condição de aprendiz, não tinha acesso às gráficas desses jornais. Teve que se contentar em aprender na oficina do jornal Correio da

Tarde, que classifica de jornaleco que ninguém queria pegar. Logo dominou aquele bicho estranho que, havia alguns meses, lhe assustava. Talvez a ameaça dos parentes que lhe hospedavam, tenha ajudado. Sob o risco de ser forçado a voltar para a ilha sem saber o ofício, recorreu ao tio que lhe ensinava. Arnaldo foi resolutivo. Levou o Valdir para a casa dele. Não permitiria que o sobrinho retornasse antes de se tornar profissional. Foi morar mais longe e, muitas vezes, sem o dinheiro para o bonde, tinha que fazer o trajeto a pé. Quase

meia hora de bonde ou uma caminhada de uma hora. A vontade de aprender o trabalho animava o rapaz a vencer essas dificuldades.

Depois da mudança, parece que a negrinha, como carinhosamente chama a máquina até hoje, mostrara-se mais dócil e, aos poucos, foi alcançando a produtividade dos operadores mais antigos. Familiarizou-se com a máquina e também com a cor delas. Lembra que, muitos anos depois, quando trabalhava no jornal O Estado de S. Paulo, o Estadão, começaram a pintar as máquinas de azul. Ficou indignado com aquilo que, para ele, era um sacrilégio. Felizmente foram apenas quatro unidades que ficaram

descaracterizadas.

Com paciência, o tio ia passando dicas importantes para ele vir a se tornar um exímio linotipista requisitado por grandes jornais da época. Digitava o texto que o repórter enviava para a oficina, datilografado em uma lauda. Batia uma tecla e a letra escorregava por um trilho desde o topo da máquina até próximo do teclado. As letras eram formas em baixo relevo e se juntavam para compor a linha. Depois da linha completa, tinha que mover uma alavanca para liberar o processo de fundição. Uma liga metálica de chumbo e estanho era mantida em estado líquido entre 230 e 280° Celsius em uma pequena caldeira. Por isso é chamada de composição a quente. O líquido escorria até as formas para se solidificar em uma barra com as letras de uma coluna de jornal alinhadas em alto relevo. Depois, as barras eram usadas para formar a página, da qual era impressa uma prova que seguia para a revisão. Se não houvesse o que corrigir, passava-se para a impressão.

O simples detalhe de despachar a linha somente depois de completar a coluna foi um aprendizado que lhe custou caro. Certo dia chegou mais cedo que o tio e ligou a máquina, digitou uma palavra e disparou a fundição. O prazer de fazer a primeira composição sem a supervisão do mestre logo deu lugar para a surpresa de ver o metal líquido inundar boa parte da máquina. A princípio achou bonita a cor brilhante do chumbo,

mas depois recebeu a bronca do instrutor. Algumas horas para limpar e colocar tudo em ordem para iniciar a tarefa causou dois efeitos. O primeiro foi atrasar a impressão do jornal naquela noite. O segundo foi o ensinamento que Valdir jamais esquece: somente despachar uma linha completa para a fundição. Quando a linha está incompleta, o chumbo derretido vaza pelo espaço deixado. “Eu, na minha inocência, fui fazer minha primeira palavra e acabei causando a chumbadonna”, lamenta-se, Valdir.

Essa peculiaridade das linotipos deu origem à expressão *etaoin shrdlu* que chegou a ser dicionarizada. Ao cometer um erro de digitação, sem meios para retroceder e tendo que preencher a linha para despachar para a fundição, o mais rápido para completá-la era correr o dedo sobre as primeiras colunas à esquerda do teclado formando essas palavras sem sentido. A sequência se forma por causa da distribuição das teclas, completamente diferente dos teclados que estamos acostumados a usar. O revisor, então, reclamava, mas descartava tais linhas. Algumas vezes elas acabavam saindo impressas no jornal, o que fez o termo ser incluído nos dicionários Webster e Oxford.

No início da carreira, o aprendiz se esforçava para alcançar produtividade, mas logo dominou a arte e atingiu bons resultados. Treinado em antever a quebra do texto no final da coluna e

distribuir espaços extras entre as palavras para não ter que separar sílabas, adquiriu agilidade invejada por profissionais. Logo conseguiu um posto de trabalho no Diário de Santos, jornal da rede Diários Associados, pertencente a Assis Chateaubriand. Tudo que chegou a conhecer do famoso empreendedor foi a assinatura no cheque enviado para cobrir a folha de pagamento. Lá ficou de 1960 até 63. Nessa época, casou-se com Lourdes, com quem ainda convive depois de 53 anos de união.

Foi despontando na profissão com média de produtividade acima da dos colegas. Mas isto não era o mais importante a lhe distinguir no ofício. O que mais chamava a atenção era que, exceto raras exceções, suas composições em linotipo não continham erros. Nesses tempos de mecanografia, isso era um diferencial importantíssimo. Uma palavra esquecida no meio de um parágrafo exigia esforço para correção. A situação poderia exigir, conforme o caso, a recomposição de toda a página. No caso do jornal, devido à escassez de tempo, o material acabava sendo impresso, por vezes, com uma única palavra solta ocupando toda uma linha. A correção ao digitar lhe rendeu a fama de prova limpa e um emprego na Gazeta Mercantil. A especialidade dele era digitar as atas que as empresas são obrigadas a publicar. A explicação é que nesse tipo de material ocorrem longos trechos de texto sem quebra de parágrafo. No caso de erro de digitação, o tamanho do

parágrafo determinaria quantas linhas teriam que ser refeitas.

Seu desempenho estava cada vez melhor e já era capaz de digitar três mil linhas em um expediente que ia do fim da tarde ao início da madrugada. Em 1965 foi selecionado para fazer parte de um grupo responsável pela composição e impressão de um novo jornal que a família Mesquita, proprietária do Estadão, iria lançar. Tratava-se do Jornal da Tarde, que foi lançado no dia 4 de janeiro de 1966. Valdir ficou na equipe até o início de 1980, depois que o novo parque gráfico já havia sido implantado com equipamentos *off-set*. Foram anos de bons salários. Recebia o suficiente para comprar um fusca zero quilômetro a cada três meses. Nem ele próprio acreditava.

Esses bons tempos eram bem diferentes dos tempos de criança na Ilha de Santa Catarina. Nascido com a segunda guerra mundial, ele se intitula papa-farina-de-guerra. Nessa época, como por vezes acontece em casos de guerra, a comida desaparecia. O único alimento que restava para a população era a farinha de mandioca. Cansado por não poder variar, o povo mudou pelo menos o nome e deram a ela o apelido de farinha de guerra. Todas as refeições eram feitas à base do mesmo pó desidratado. Até o mingau que Valdir comia. Sendo o filho mais velho, só foi experimentar o verdadeiro mingau com leite anos mais tarde, quando a mãe preparava o prato para o irmão mais novo. An-

tes não, era só farinha de mandioca mesmo.

Essa lembrança dos anos 40 ficava mais distante agora, no final dos anos 70, quando chegou a faturar o equivalente a mais de 20 salários mínimos por mês. Mas os rumores que se ouvia era que os patrões queriam acabar com a linotipia. Os empresários sentiam-se reféns de uma categoria unida e forte nas suas reivindicações trabalhistas. Até Valdir havia sido tachado de comunista por agitar a classe e fazer pressão para criarem o terceiro turno, equipe que começava a trabalhar depois deles e ajudava a regularizar o horário de saída do turno dele. Só não conseguiu parar o jornal, mas garante que, em uma das greves, o Estadão saiu só com quatro páginas. Imagina que não foi despedido por ter o mesmo sobrenome do responsável pela fazenda da família Mesquita.

O ESTADO DE S. PAULO
JULIO MESQUITA (1891 1927)

O Sr. **VALDIR ANDRADE**

cuja fotografia figura no cartão de identidade anexo é empregado da S. A. "O ESTADO DE SÃO PAULO", exercendo as funções de:

LINOTIPISTA DE LINHA

São Paulo, 2 de JANEIRO de 1971

Valdir Andrade

RELAÇÕES INDUSTRIAIS

Crachá de identificação do linotipista utilizado para ter acesso à gráfica do jornal

Fato que nunca assimilou bem era o distanciamento entre gráficos e repórteres. Em uma das idas e vindas com seu fuscão entre Florianópolis e São Paulo, prestou socorro a um motorista com o carro quebrado na estrada. Na despedida, junto com o agradecimento, recebeu um cartão de visitas de jornalista do Estadão. Foi logo dizendo que trabalhava na mesma empresa.

Diante do questionamento do outro por nunca tê-lo visto, deu de pronto a resposta. “Vocês entram pela social e nós pela oficina”. Reportagem e oficina sempre tinham horários desencontrados. O trabalho na gráfica demandava quando a matéria estava pronta. Além disso, ficavam em andares distintos, usavam entradas e saídas separadas e até os botecos que o pessoal frequentava não eram os mesmos.

“O QUE EU LEVAVA UM DIA INTEIRINHO PARA FAZER, MINHA FILHA FAZ HOJE EM MENOS DE DUAS HORAS

A pesar de pouco contato com gente do escritório, Valdir ficou sabendo da aquisição de 300 máquinas modernas semelhantes às de escrever nas quais passaria a ser feita a composição do jornal. Ouviu dizer que elas seriam capazes de armazenar a lauda inteira e seria possível retroceder no texto e efetuar correções. A verdade é que ninguém da gráfica acreditava que o jornal pudesse ser composto em máquinas de datilografia, mas as mudanças já estavam em

andamento. O Estadão mudou-se para a nova gráfica no bairro Freguesia do Ó e o jornal Diário Popular assumiu a oficina antiga. Valdir recebeu convite para ficar, mas o salário seria reduzido pela metade. Foi para a Linoart compor livros. Digitou as profecias de Nostradamus e nunca mais se esqueceu. Acha engraçado como esquecia, de um dia para o outro, tudo que digitava no jornal e ainda é capaz de recitar trechos desse livro. Outra coisa que não esquece é a primeira vez que viu o jornal de cara nova, impresso em *off-set*. Afirma que ficou algo totalmente irreconhecível.

Em Florianópolis passou pelo jornal A Verdade e pondera que talvez não se encontre um exemplar dessa publicação nem mesmo na biblioteca dos cursos de jornalismo. Em 1983, quando ficou sabendo que as seis linotipos do antigo Diário Catarinense que havia sido propriedade de Chateaubriand iriam ser vendidas, não resistiu. Juntou as economias, parcelou o saldo e trouxe uma delas para casa. Conseguiu colocar o equipamento em operação até parar definitivamente em 1991. No final do ano passado, a filha que é jornalista, o avisou que o Jornal da Tarde havia saído com sua última edição, a de número 15.409 no dia 31 de outubro de 2012. Valdir, que se considera um dos fundadores daquele jornal, se lamenta ao lembrar que viu o número um sair no dia 4 de janeiro de 1966.

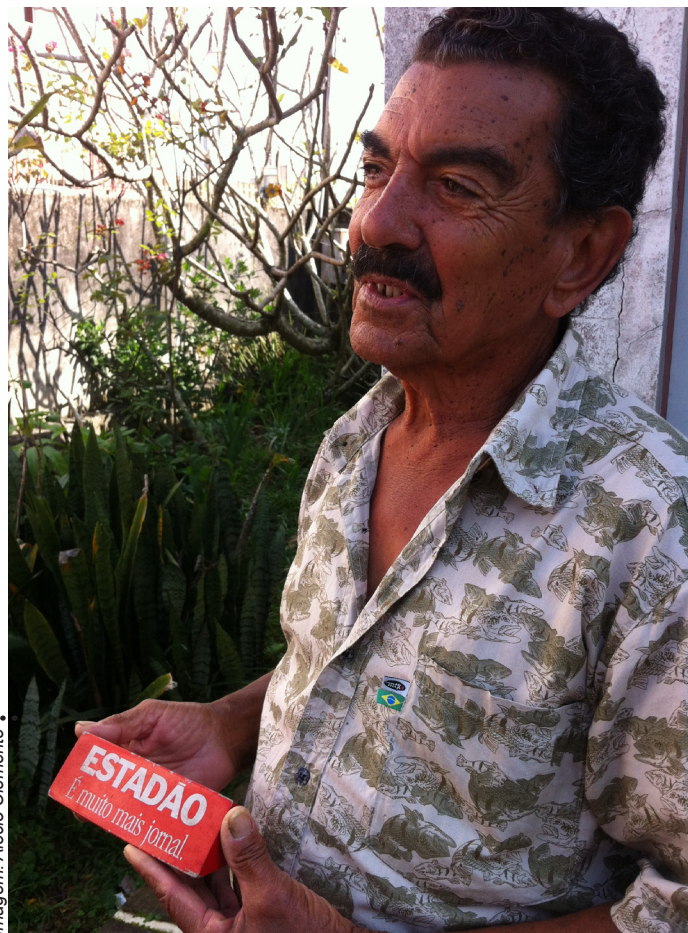
Agora está mais preocupado com seu rancho de canoa, onde guarda a pequena embarcação que usa para

ir pescar. Sabe que hoje, no computador, é muito mais fácil. “O que eu levava um dia inteirinho para fazer, minha filha faz em menos de duas horas. Mas quantas profissões o computador tirou? Montador de página, impressor, dobrador, tipógrafo, paginador, linotipista, bater de prova. Todas essas pessoas sumiram.”

Quando o criador da linotipo apresentou o invento garantiu que seu método seria dominante no futuro a não ser que inventassem um sistema de impressão no qual os tipos não fossem mais necessários. Como isso acabou acontecendo, o último modelo, Elektron, saiu da fábrica em 1964 e o documentário *Adeus etaoin sh-rdlu* registrou a composição do jornal *The New York Times* do dia 2 de julho de 1978, última edição utilizando linotipo. “Agora quero mandar essas máquinas pra frente, mas dói aqui dentro, sabe?”, lastima-se Valdir, com a mão direita cerrada sobre o lado esquerdo do peito. §

Valdir ainda guarda um antigo peso utilizado nos bancas para o jornal não voar

Imagem: Alécio Clemente



ANTÔNIO, O TELEGRAFISTA

*“Me aposentei e nunca, nunca mandei
nem recebi uma mensagem Morse”*

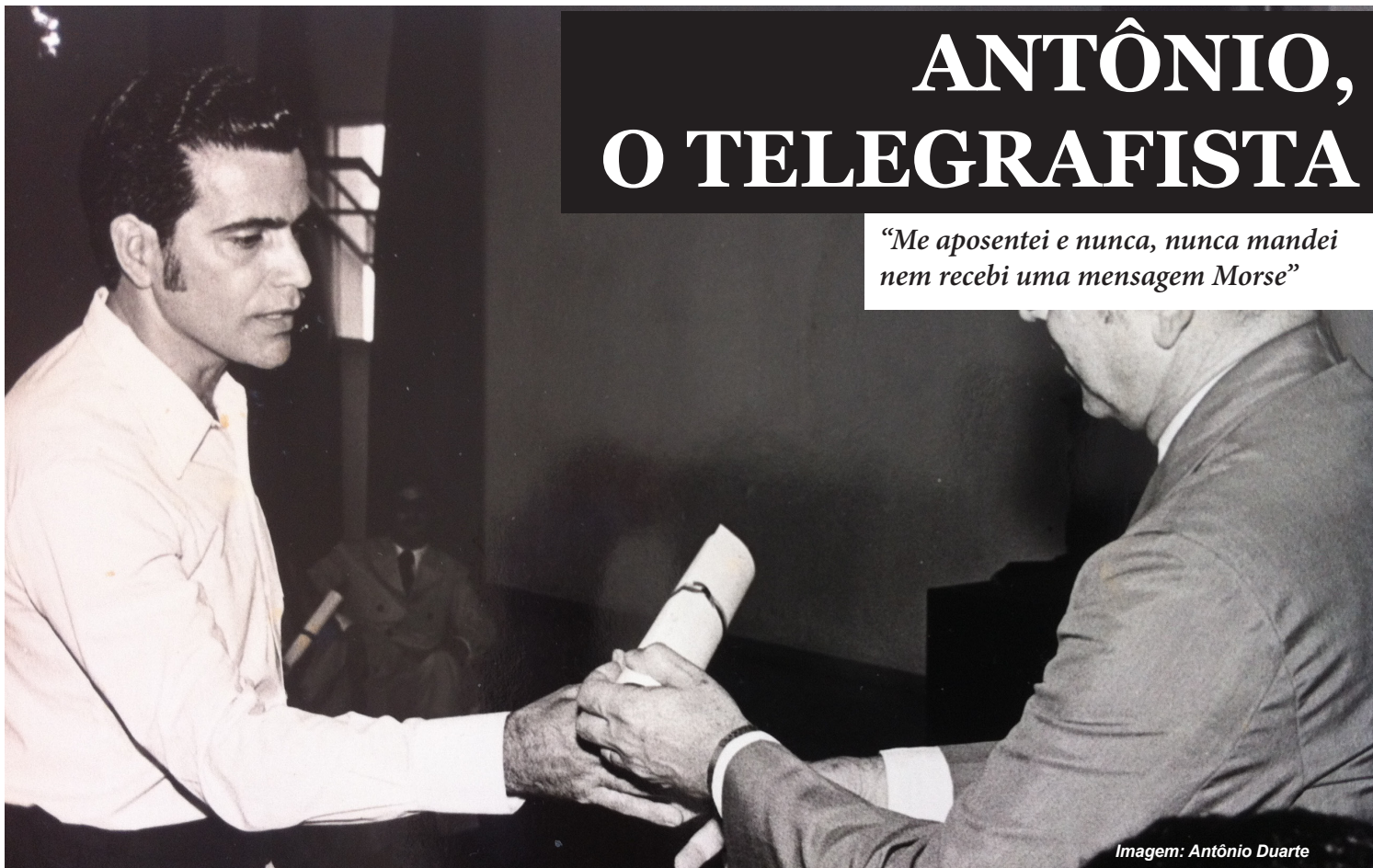


Imagem: Antônio Duarte

Na quarta edição da taça Jules Rimet, disputada no Brasil em 1950, depois de dois mundiais cancelados por causa da segunda guerra, a Inglaterra enfrentaria os Estados Unidos na tarde de quinta-feira 29 de junho. Os criadores do futebol vinham de uma vitória e suas estrelas ficariam no banco para a equipe reserva enfrentar um desconhecido time de amadores formado às pressas e que acabara de perder para a Espanha. As casas de apostas de Londres pagavam 500 por 1 ao louco que arriscasse a vitória americana. Com o estádio Raimundo Sampaio, o Independência, de Belo Horizonte, lotado por 12 mil torcedores, ao final do primeiro tempo, o imigrante haitiano lavador de pratos, Joe Gaetjens, fez balançar a rede do arqueiro britânico. No segundo tempo, os ingleses se encolheram e o jogo acabou com o placar de 1 x 0. Ao receber o resultado por telegrama, um jornal inglês tascou 10 x 1 na manchete. Em tempos de contagens mais elásticas era comum haver seis, oito gols em uma partida e, para essa, os palpites eram de 6 x 0 para cima, portanto, o poderoso time britânico só poderia ter goleado o débil combinado da terra do Tio Sam.

A surpreendente zebra ficou conhecida como mi-lagre de BH e deu origem a um filme, mas o erro foi atribuído ao telegrafista. Alguns anos depois, a possibilidade de erros como aquele apavoravam Antônio Duarte ao fazer a prova prática de recepção e trans-

missão em código Morse do concurso para telegrafista em Florianópolis no antigo Departamento de Correios e Telégrafos. Ele havia estudado Morse na teoria e na prática em uma escola particular fundada por Bento Carioni, um antigo funcionário dos correios. Foi ali que adquiriu conhecimento suficiente para fazer a prova do concurso. Garante que sem a escolinha, única que existia na cidade, não teria como praticar. “Fiz tantas peripécias na escolinha do Carioni, mas para fazer a prova fiquei um pouco tenso”, reconhece Antônio.

O nome dado ao código utilizado em telegrafia é uma homenagem ao seu inventor, Samuel Morse. Esse cidadão estadunidense viveu de 1791 a 1872 e patenteou sua invenção em 1837, a qual permitia transmitir mensagens através de fios elétricos. A codificação de Morse se baseia na duração de pulsos elétricos que percorrem fios e podem alcançar longas distâncias. Nos anos seguintes foram instaladas linhas telegráficas ao longo dos trilhos de trem permitindo a comunicação entre as estações de cada cidade. Assim, as mensagens urgentes e as últimas notícias podiam chegar quase instantaneamente de uma cidade a outra. Antes da invenção, a mensagem só chegaria ao destino através de um portador, fosse ele um cavaleiro ou um maratonista.

Recém-diplomado na escola do professor Bento Carioni, Antônio sabia que naquela hora era para valer e

que qualquer deslize em interpretar a sequência embaralhada de sinais curtos e longos poderia derrubar qualquer candidato. Hoje, ele garante que é fácil, mas aponta algumas armadilhas que podem prejudicar o entendimento da mensagem. Distinguir apitos curtos de longos parece elementar, mas um dos complicadores é o fato de o código ser formado por sequências com quantidades variáveis de pulsos. Os silvos longos são representados graficamente por traços e os curtos são representados por pontos. Determinadas combinações de pontos e traços formam letras ou números. O problema é que a quantidade de pontos ou traços varia. Então, existem letras representadas por um

Além disso, uma pausa um pouco maior para separar uma palavra de outra. Antônio se concentrou nesse detalhe durante o teste prático enquanto tentava controlar os nervos que não haviam sido afetados nas provas das outras disciplinas. Mas esse exame prático, confessa, lhe deixou tenso. Estava tranquilo com conteúdos como português ou geografia que havia aprendido em sala de aula. Para outras matérias como eletricidade e legislação, comprou apostilas. E já havia completado o curso de datilografia, outra exigência para o cargo. Só a prova prática era temida por ele e também por muitos outros candidatos.

SE UM DIA ESTIVER EM SITUAÇÃO DE PERIGO POSSO EMITIR O PEDIDO DE SOCORRO EM MORSE. SE É QUE ALGUÉM VAI ENTENDER, NÃO É?

único apito e outras que são formadas por até quatro. Uma letra A, por exemplo, formada por um ponto e um traço poderia ser entendida como um E, que é só um ponto, e um T, que é um traço. E uma pequena confusão dessas com um A poderia gerar um ET.

“A chave para a comunicação bem sucedida está no ritmo que deve ser mantido durante toda a troca de sinais entre transmissor e receptor”, ensina Antônio.

A expectativa tomou conta de Antônio até ter a felicidade de ver seu nome entre os 149 aprovados. Mas a alegria não durou muito. Somente 85 deles foram chamados para compor a primeira turma. Foi quando surgiu a oportunidade de fazer parte de um grupo de recenseadores contratados para levantar os dados sobre as residências da capital catarinense. Lá foi ele medir as casas nos bairros de Flo-

rianópolis. A remuneração seria computada pela área total aferida. Essa maneira escolhida pela empresa para pagar o serviço deu origem a uma anedota que correu pela cidade e ainda hoje o faz rir. “Teve colega que mediu até casinha de cachorro”, lembra-se ele, com uma gargalhada.

Quase um ano depois, no início de 1960, veio a esperada chamada para comparecer aos correios e entrar na segunda turma. Antônio agilizou os documentos e, no dia três de março daquele ano, estava entre os novos colegas da segunda turma, perfilados para serem recepcionados pelo senhor Bruno Selva, diretor da empresa no prédio da praça XV de novembro. Todos apreensivos enquanto aguardavam a chegada do chefe e ele, mais que apreensivo, aflito pelo receio de que pudesse ocorrer algum equívoco quando começasse a lidar com uma mensagem de verdade. Sentiu logo um alívio quando o chefe deu as boas-vindas e emendou: “Esqueçam o telégrafo, fiquem de olho no teletipo. Aprendam a lidar com a tecnologia do futuro que acaba de chegar aos nossos correios e se chama teletipo. Não deem pelota para o Morse. O telégrafo está em extinção”.

Mais alguns anos se passaram e os aparelhos de telegrafia sumiram. Não só o aparelho de Morse, mas também a máquina de Baudot que Antônio havia estudado e ainda não esqueceu. Era um dispositivo com cinco teclas inventado pelo francês Émile Baudot. A

diferença entre os códigos francês e americano é que o primeiro mantém um número fixo de cinco sinais elétricos para cada letra ou número. A combinação dos cinco pulsos gerados acionando-se ou não as teclas formam um caractere. A ideia simples e genial do francês foi a semente dos códigos que viriam a ser usados, mais tarde, nos computadores. Com apenas três sinais a mais, totalizando oito, é que os computadores atuais armazenam textos, sons, imagens, filmes, etc. É possível fazer analogia desses códigos com o Braille, por exemplo, que é composto por seis pontos grandes ou pequenos distribuídos em duas colunas e três linhas.

Foi ainda nessa época de máquinas estranhas e início de carreira nos correios que os caminhos de Antônio e Maria do Carmo se cruzaram. Só algum tempo depois Antônio foi saber que a moça era sobrinha de um ponta direita do Figueirense. Torcedor fervoroso do Avaí, ele ficava enfurecido quando o tio da namorada, jogador rápido e talentoso, marcava gol contra seu time do coração nos clássicos encontros entre as equipes alviceleste e alvinegra. Mas já estava apaixonado pela garota com quem logo se casou.

E a tranquilidade de Antônio seguia sem ser abalada pela necessidade de se comunicar em Morse. Utilizava apenas o teletipo. Nada mais era que uma máquina de escrever que estava conectada por fios a outra máquina idêntica em outra cidade qualquer. Como já

sabia datilografia, apenas colocou para si o desafio de escrever como faziam os funcionários mais experientes: sem olhar para o teclado. Não demorou muito para realizar a façanha. “Você datilografava aqui e a mensagem saía escrita lá em Tubarão, Joinville, ou Curitiba. Aquilo que seu colega batia no outro local, saía escrito ali na minha frente”, lembra Antônio.

Os fios que vinham de todas as cidades chegavam ao prédio da praça XV, onde entravam em um quadro de chaves elétricas chamado de comutador. O chefe da equipe acionava tais chaves para conectar determinada máquina com a cidade de destino. Em um dia chuvoso lá pelo final dos anos 60, houve um curto-circuito e um forte estouro seguido de um princípio de incêndio. Apesar do susto, ninguém ficou ferido, mas a ilha ficou três dias sem comunicação. Esse acontecimento pode ser comparado ao que aconteceu mais recentemente com a energia elétrica, quando em 2003, um espetacular sinistro nos cabos elétricos na ponte Colombo Salles deixou a ilha sem luz por 55 horas.

Depois veio o telex, que já tinha um disco telefônico acoplado e bastava discar o número da outra máquina. No começo a informação ainda trafegava por fios, mas depois, com o sistema da Embratel, as comunicações passaram a ser feitas via satélite e não dependiam mais dos fios e postes. “Ainda bem”, pondera Antônio. “Se

naquela época já havia queda nas comunicações por roubo de fios, imagina hoje em dia!” Mas a rede era privativa dos correios e o custo da conexão era alto. A saída para fugir da tarifa por tempo de conexão era datilografar o texto em uma máquina desconectada. Para isso, a máquina de telex dispunha de sistema de fita de papel que guardava o texto em forma de furos ao longo da fita. E o código utilizado na fita de papel é o Baudot, por isso, estão lá as cinco carreiras ao longo da fita. Depois, com a máquina conectada ao destino, era só iniciar a transmissão a partir da fita e o telex disparava letras sem intervalo até finalizar a mensagem.

Na agência da praça XV, onde Antônio trabalhava, foi colocada uma cabine com uma dessas máquinas de telex à disposição do público. Dentre os que procuravam a cabine estavam os jornalistas que utilizavam a máquina para transmitir suas matérias. A instalação atendia tranquilamente a procura, mas naquele dia 30 de novembro de 1979, enquanto Antônio supervisionava a equipe, aconteceu um corre-corre em busca da única cabine de telex da agência. Ele só ficou sabendo o motivo quando alguns colegas de trabalho retornaram do intervalo. Eles tinham ido ao Café Ponto Chic e viram um transeunte qualquer furar o esquema de segurança da comitiva presidencial que passava a pé por ali e dar uma bofetada em um ministro.

O café fica a dois quarteirões do antigo palácio do governo e o então presidente, João Figueiredo, havia



Imagem: Rafael Spricigo

Antônio exibe orgulhoso o certificado de um dos cursos de aperfeiçoamento que frequentou

decidido circular a pé pelo centro da cidade. Talvez esperasse ser aclamado pela população, mas o momento histórico era de insatisfação generalizada e acabou em manifesto com milhares de pessoas. Militares entraram em ação a cavalo e pessoas corriam, tentando se esquivar dos cassetetes dos policiais. Para piorar a situação, o presidente já recolhido ao palácio, saiu na sacada e dirigiu-se ao público concentrado na praça com um gesto obsceno. O episódio ficou conhecido na história como novembrada e serviu de inspiração para livros e um filme de curta metragem dirigido pelo cineasta Eduardo Paredes premiado no festival de Gramado.

No final de 1993, Antônio completou o tempo de trabalho exigido para se aposentar. Para surpresa dos colegas que apostavam que ele iria continuar trabalhando, sete meses depois, conforme prometera, já estava aposentado. Foi só o tempo necessário para o trâmite do seu pedido. “Me aposentei e nunca, nunca trabalhei com aparelho Morse. Frequentei a escolinha do Carioni, comprei esse aparelho que tenho até hoje mas nunca mandei nem recebi uma mensagem Morse”. Depois de 20 anos fora dos correios ele ainda guarda o aparelho em casa e, recentemente, emprestou para a neta levar para a professora mostrar em aula. Trabalho para ele agora, somente voluntário. E assegura que lhe dá uma satisfação enorme.

Quando anda pelos arredores da praça XV para rever a Catedral, o Ponto Chic, o Miramar, o Mercado Público, Antônio revive esses lugares que estão bem guardados na sua memória. Afirma que circular pela

ME APOSENTEI E NUNCA, NUNCA TRABALHEI COM APARELHO MORSE

cidade e não passar por esses locais não é um passeio completo. “Tenho que atravessar a praça XV e circular pelo centro e sentir o cheirinho de Florianópolis”, suspira Antônio. Lembra com uma pontinha de tristeza que o Ponto Chic, apesar de ainda estar lá, não é mais o mesmo. Sente também pelo antigo Miramar que foi tomado pelo aterro da Baía Sul. A ex-prefeita Ângela Amin mandou erguer no local uma construção que deveria lembrar o que foi o Miramar e que, segundo ele, não cumpre muito bem o seu papel. Além do mais, não existem mais por ali, as carroças que faziam ponto no local.

“Que fique bem claro que não sou saudosista”, inicia ele, antes de comparar as coisas do tempo de sua meninice e agora. Recomenda cuidado àqueles que só criticam e sempre afirmam que tudo antigamente era melhor. Vive o hoje e não quer ficar na saudade, mas

lembra-se que ficava brincando pela rua até 10 horas da noite e, hoje, não permitiria um filho fazer isso. Entende que tem pessoas que sentem dificuldades em se adaptar às mudanças, mas pensa que se adapta facilmente com as novidades. Recebeu uma boa lição com a morte da mãe quando ainda bem jovem: ficou numa família de cinco homens e teve que encarar atividades domésticas. Conclui que o aprendizado serviu para a sua facilidade de se adaptar no mundo profissional.

Aceita os avanços que fizeram sua profissão desaparecer. Considera positivamente as facilidades de comunicação que as pessoas dispõem atualmente, porque antes elas eram dependentes dos correios. Antônio não consegue imaginar que alguém ainda possa procurar os correios para passar um telegrama se qualquer um pode mandar uma mensagem do tipo SMS, chamada de torpedo. Só achou graça quando o celular de um parente soou e ele se adiantou em afirmar que era um torpedo que estava chegando. Na dúvida entre ser uma chamada ou qualquer outro aviso sonoro, o dono do aparelho quis saber como ele tinha tanta certeza. A campainha soava ta ta ta taaa taaa ta ta ta que Antônio rapidamente identificou ser as três letras SMS, muito parecida com a sequência SOS conhecida internacionalmente como pedido de socorro.

Existem especulações em torno da origem do termo e muitos dizem que são as iniciais da frase em inglês *save our soul* ou ainda, *save our ship*. Antônio garan-

te que a sequência só foi escolhida pela facilidade de transmissão e pelo rápido reconhecimento quando se ouve três apitos curtos, três longos e três curtos. Ele faz com destreza a sucessão formando as letras com o pé pisando no freio do carro. “Se um dia estiver em situação de perigo posso emitir o pedido de socorro. Se é que alguém vai entender, não é?”, questiona Antônio, com a mesma simplicidade que vê o mundo digital e lembra que foi o mesmo computador que acabou com o telegrafista, acabou com o datilografista, acabou com o arquivista e tantas outras profissões. Mas ele aceita resignado da mesma forma que sempre acatou o sigilo absoluto de todas as mensagens que passaram por suas mãos ao longo dos 35 anos de trabalho. §

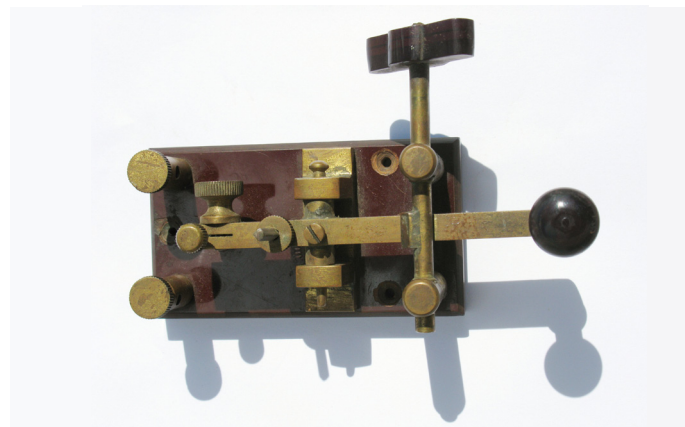


Imagem: Miguel Saavedra

